

Congresso aprova o novo orçamento

BRASILIA — Passados três meses da elaboração do projeto de revisão orçamentária, no valor de Cr\$ 2,5 trilhões, o Congresso finalmente conseguiu quorum, ontem, para votar e aprovar a matéria. Com isto, o Tesouro fica autorizado a liberar estes recursos, necessários para enfrentar as despesas dos Três Poderes. A presença de 314 deputados e senadores garantiu a aprovação do substitutivo do Deputado João Alves (PFL-BA) ao projeto do Executivo, por 264 votos favoráveis, 46 contrários e quatro abstenções.

Embora a votação, após três meses de tentativas frustradas não possa ser configurada como uma vitória da habilidade do novo Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, porque sua tentativa de acordo com alguns partidos de esquerda não vingou, o fato livra o Ministro de um grande problema. Ontem, Jarbas Passarinho visitou as lideranças partidárias, no Congresso, pedindo cooperação para a votação da matéria, indispensável para a continuidade de serviços públicos essenciais na área social, inclusive.

O PDT, que prometia obstruir a votação, junto com o PT, passou a tarde de ontem tentando negociar com o Governo, por intermédio de Jarbas Passarinho. A exigência dos pedetistas era a de que, na reedição da Medida Provisória 225 (Plano de Custeio e Benefício da Previdência Social), o Executivo indexasse os aumentos dos benefícios de aposentados e pensionistas aos reajustes concedidos ao salário mínimo. Na atual medida provisória, o reajuste dos benefícios ocorre de acordo com o índice da cesta básica, apurado pelo IB-

GE. Nesse caso, não ocorrem os aumentos reais concedidos ao salário mínimo.

Depois de consultar a área econômica e constatar resistência à proposta do PDT, o Ministro da Justiça ligou para o Deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), comunicando o fato e liberando os parlamentares pedetistas para votar como entendessem, pois não poderia garantir a vinculação, na reedição da Medida Provisória. A atitude de Passarinho provocou elogios de Miro Teixeira ao Ministro.

O PDT votou não ao substitutivo, mas assegurou que votaria favoravelmente ao projeto original do Governo. O valor do projeto original e do substitutivo é o mesmo. A única diferença é que no substitutivo o Deputado João Alves remanejou Cr\$ 3 bilhões, da reserva de contingência (destinada a enfrentar emergências), para atender emendas parlamentares para benefícios de seus Estados.

Miro Teixeira disse que o comportamento anterior do partido, de obstruir as votações, prendia-se ao fato de exigir quorum no Congresso, e não uma posição contrária à aprovação da revisão orçamentária. O PT chegou a retirar sua bancada (composta de 17 deputados) do plenário, mas quando observou que isto não resultaria na falta de quorum (248 deputados e 38 senadores), voltou para votar.

O Congresso também aprovou um corte nos investimentos das estatais, proposto pelo Governo, da ordem de Cr\$ 597 bilhões. Isto quer dizer que este ano os investimentos das empresas estatais ficarão 21% menores do que os executados em 89.